

Aniversário da Revolução de Abril - 2021

Aqui estamos a celebrar a Revolução de Abril, esse acontecimento ímpar da secular História da pátria portuguesa, que continua a reunir e congregar com júbilo os portugueses por todo o País, porque o seu significado profundo, os seus valores e os seus ideais não só permanecem na memória e no coração do nosso povo, como são pela sua atualidade e capacidade mobilizadora um guia para a acção coletiva na construção de um Portugal mais fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

Comemorarmos a Revolução do 25 de Abril, acto de elevação dessa gloriosa madrugada e do processo que se seguiu, celebramos a luta heróica de anos e anos de resistência e combate ao fascismo, o sacrifício e a coragem de gerações de portugueses.

Celebramos o feito valoroso dos capitães de Abril e o levantamento popular que imediatamente irrompeu, que transformou a ação militar libertadora num processo, abrindo caminho a uma verdadeira revolução democrática. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

A Revolução de Abril é património do povo e é património do futuro. Património construído pela luta dos trabalhadores e do povo e ao qual nós comunistas (no ano de Centenário do nosso Partido) nos orgulhamos de ter dado um contributo inigualável não apenas na longa e heróica resistência que a Abril conduziu, mas em todos os momentos decisivos da sua construção.

Um património de grandes transformações e grandes conquistas, muitas das quais são hoje assimiladas como naturais, como sejam o vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias como o direito à vida ou à integridade moral e física das pessoas que o fascismo punha em causa.

Esse odioso regime de quase meio século de opressão, atraso económico, social, cultural e civilizacional, analfabetismo, emigração em massa, isolamento internacional e guerra, que usava a violência como instrumento repressivo de proteção e sustentação da ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios.

Muitas e importantes transformações de um enorme alcance na nossa vida coletiva, como foram as medidas tomadas a favor dos trabalhadores no plano dos direitos laborais e sociais, como a liberdade sindical, o direito à greve e a não ser despedido sem justa causa, o Serviço Nacional de Saúde, tão decisivo e fundamental neste tempo de epidemia, o qual precisamos de continuar a defender e agir para que se reforce, mas também nos domínios da educação, segurança social, do direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família, na sociedade, e direitos da juventude.

Grandes e importantes conquistas e transformações que operaram mudanças também na estrutura económica com as nacionalizações de sectores estratégicos e valorizando o papel das pequenas e médias empresas, na democratização do

acesso à terra e com a criação de novas formas de organização e gestão do trabalho nos campos com a Reforma Agrária no Sul ou o direito ao uso e à gestão dos baldios pelos povos a Norte

Entre essas grandes transformações destacamos hoje neste espaço as que permitiram ao povo a conquista do direito de decidir sobre os problemas das suas terras e do seu desenvolvimento como a institucionalização do Poder Local democrático.

Conquistas que acabaram por ser consagradas na Constituição aprovada há 45 anos, por uma Assembleia Constituinte eleita em 25 de Abril de 1975, nas primeiras eleições livres e com sufrágio universal realizadas em toda a nossa História.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências.

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história coletiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências.

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir.

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações.

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais atual quanto se desenham e se assumem abertamente projetos reacionários e antidemocráticos.

Comemorar Abril é também, nas atuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e proteção, apontar o sentido de vivência coletiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.